

## **PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO 2002/2005: REFLEXÕES**

Sonia T. S. Penin

### **I. INTRODUÇÃO**

Uma olhada sobre a gestão Pró-G 2002/2005 reclama situá-la em seu contexto sócio-histórico, assim como na perspectiva de um projeto de futuro que naquele momento se almejava para a instituição, o país e a população brasileira.

A Pró-G é um órgão da USP – Universidade de São Paulo, instituição que tem suas finalidades e objetivos definidos desde 1932, no contexto de uma reformulação nacional para o ensino superior. Tendo as universidades como funções principais a oferta de ensino e de serviços de extensão e o desenvolvimento da pesquisa, no caso da USP, a partir de 1998 as atividades de ensino foram discriminadas, criando-se duas Pró-reitorias, uma no nível de graduação (Pró-G) e outra no de pós-graduação (Pró-PGR), além das Prós de Pesquisa e Extensão/Cultura.

Como órgão de uma universidade a Pró-G se reporta não somente às finalidades e objetivos nacionalmente definidos para esse tipo de instituição, mas também à política com a qual cada gestão democraticamente constituída se compromete. Em geral uma gestão apóia sua política, tanto em determinados princípios e valores como em uma análise da realidade, propondo um caminho e definindo prioridades para enfrentar a problemática delineada, no caso, o papel do ensino superior no país.

Como quadro legal geral, em 2002 estavam vigentes na USP os objetivos da Graduação, inspirados no Plano Nacional de Graduação, aprovados no XII Fórum Nacional de Pró-Reitores das Universidades Brasileiras (maio de 1999), nas determinações da Deliberação do Conselho Estadual de Educação (CEE nº 04/2000, de 13/4/2000) e definidos na Portaria USP/Pro-G nº 3.227/2000, após considerações do Conselho de Graduação, em sessão de 26.10.2000, com base no Relatório do Grupo de Trabalho que adaptou toda a legislação à realidade da graduação da USP.

Nesses termos, o objetivo geral dos cursos de graduação na USP desde então busca a “formação de um agente ou profissional competente, socialmente crítico e responsável com os destinos de uma sociedade que se deseja justa, democrática e auto-sustentável”, na observância das finalidades e funções da própria universidade, contemplando: 1) Formação dos agentes e profissionais necessários à sociedade, nas diferentes áreas de conhecimento, competentes em sua respectiva especialidade; 2) Desenvolvimento integral do estudante, de maneira que compreenda e pense de forma analítica e crítica os diferentes fenômenos de ordem humana,

natural e social, participando da produção de conhecimentos; 3) Sistematização do saber historicamente acumulado pela humanidade, construção de novos conhecimentos e sua disseminação; 4) Entendimento da Graduação como etapa inicial da formação profissional, que constrói a base para o permanente e necessário processo de educação continuada e 5) Observância do princípio fundamental da universidade - a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

No final de 2001, a equipe do reitor eleito, Adolpho José Melfi, concebeu um diagnóstico das atividades e realizações da USP, assim como da realidade educacional e realçou três principais problemas no âmbito da Graduação: baixo número de vagas, alto índice de evasão e desvalorização do ensino da graduação. Além disso, também foi identificada a necessidade de maior interação da universidade com a rede pública de ensino do estado de São Paulo, para colaborar na solução de uma melhor qualificação do quadro de professores do ensino fundamental e médio e do aumento das oportunidades de ingresso na USP de alunos das escolas públicas estaduais.

A partir dos objetivos da Graduação e do diagnóstico da equipe do reitor, ao ser indicada para a Pró-Reitoria de Graduação apresentei uma proposta de DIRETRIZES que foi analisada, votada e aprovada pelo Conselho Universitário, com a seguinte redação.

1. *Ampliação do número de vagas oferecidas*, a partir da discussão com a comunidade de diferentes propostas de expansão, entre elas: o uso de novas tecnologias e mídias interativas, o estímulo para abertura de cursos noturnos, o aumento do nível de eficácia na utilização dos ativos existentes.
2. *Diminuição significativa da evasão de alunos com ações que visem a melhor identificar as causas da evasão para agir sobre elas e a aumentar as oportunidades institucionais estimulantes ao interesse e à aprendizagem aos alunos*, como programas de tutorias e de iniciação científica, intercâmbios e maior flexibilidade curricular.
3. *Valorização das atividades de ensino de graduação*, como a melhoria das condições de ensino (infra-estrutura, salas-ambiente, laboratórios) e apoio pedagógico aos professores dos cursos de graduação.
4. *Integração dos graduandos de forma mais efetiva com a sociedade*, tanto nos seus aspectos culturais e sociais, quanto no relativo ao mundo do trabalho, estimulando o trabalho comunitário.
5. *Desenvolvimento de uma cultura de produção de material didático*, incorporando novas tecnologias ao ensino de graduação e adequando alguns dos materiais para a Escola Básica.

As AÇÕES trabalhadas e os resultados alcançados com relação a cada uma dessas DIRETRIZES foram objeto do documento Relatório de Gestão 2002-2005, editado pela Pró-Reitoria de Graduação da Universidade de São Paulo no final de 2005. O presente texto, com o caráter de reflexão, abordará algumas dessas ações, a partir de uma concepção de ensino superior.

## **II. USP, ENSINO SUPERIOR E DESENVOLVIMENTO NACIONAL**

Por volta de 2002 a problemática do ensino superior no Brasil imbricava-se com as questões relativas a toda a educação brasileira e ao desenvolvimento nacional, por sua vez relacionadas com as mudanças que ocorriam no mundo e na própria civilização.

No Brasil a importância e a urgência do ensino superior naquele momento como no atual reportam-se a dois motivos principais. Primeiro, o entendimento generalizado e expresso em documentos, tanto de cunho nacional, quanto internacional de que esse nível de ensino, formando profissionais e líderes e criando e disseminando novos conhecimentos, exerce papel vital no desenvolvimento dos países. Segundo, à necessidade de responder às demandas que a nossa população, mesmo a não letrada, começou a fazer, parecendo entender o papel central que a educação representa no período que vivemos e, assim, demandando por mais escolarização, inclusive a superior, pressionando a sociedade, os governos e as instituições a definirem um caminho para a sua expansão.

Por esses motivos toma-se aqui como suposto que no atual período de desenvolvimento nacional é necessário ampliar o número e melhorar a qualidade da educação, viabilizando o acesso ao ensino superior a uma grande parcela da população. Uma proposta de gestão define como isso será buscado, considerando as contingências de ordem sócio-cultural, política e orçamentária.

Nas duas últimas décadas, o aumento do número do alunado no ensino superior reflete o crescimento do número das matrículas na educação básica, por sua vez motivado pelo interesse de amplas parcelas da população, que pressionaram os diferentes governos a ampliar o atendimento. Diferentemente do crescimento das matrículas na educação básica, onde o poder público atua majoritariamente, no ensino superior foi o setor privado que atendeu os interessados, matriculando cerca de dois terços dos estudantes.

Pelo exposto, uma prioridade assumida pela gestão foi o aumento de vagas na USP, ficando ainda para decidir o “como” tendo em vista, por um lado, os limites orçamentários e, por outro lado, as diferentes alternativas de ampliação.

Quanto ao orçamento e às suas contingências, é importante lembrar as distorções históricas que ocorrem em nível nacional. No Brasil o gasto público (governos federal, estaduais e municipais) com educação move-se numa relação entre 4,53%, em 1995 e 5,2% em 1999 do PIB (PNUD, 1999, apud Jacques Scharzman, 2005), comparáveis a países com renda per capita bem mais elevada: Canadá (4,9%), Reino Unido (5,4%), Estados Unidos (4,7%) sendo a média das Américas de 4,7% em 2000. Todavia, ao considerar nosso PIB Scharzman constata que o gasto “per capita” em valor absoluto é muito menor (249 dólares), comparado com esses países (entre 1.100 a 2200 dólares). Além dessa consideração do autor, no caso do Brasil, causa espanto a discrepância entre a taxa de gastos e a inscrita no Plano Nacional de Educação, aprovada em 2001, definindo um aumento de 7% do PIB para a educação a ser alcançado até 2010. O mais grave, ainda, é verificar que apesar dos aumentos constantes da carga tributária (em 20 anos a faixa de recolhimento foi de 20% para aproximadamente 40% do PIB, crescendo o gasto público de modo geral) não houve qualquer aumento para a educação, diferente do que aconteceu, por exemplo, para o Poder Judiciário e o Poder Legislativo. Isto é posto para indicar os limites das diferentes instâncias governamentais no país, ainda que se deva exigir que cada uma otimize ao máximo o uso de seu orçamento. Otimização e transparência são recomendações básicas para qualquer governo.

Nesse contexto de constrangimento orçamentário que se perpetua, aos gestores de uma universidade pública resta respostas limitadas a perguntas do tipo: quanto podemos ampliar fisicamente e em número de cursos e de estudantes as atuais universidades garantindo a qualidade existente?

Na seqüência, discorro a respeito de algumas das ações desencadeadas na Pró-G, organizando-as em função de dois eixos: atendimento ao alunado e a valorização da graduação.

### **III. ATENDIMENTO AO ALUNADO: MAIS VAGAS, MAIOR DIVERSIDADE DE CURSOS E DE ESTUDANTES E MENOR EVASÃO**

A intenção de aumento do número de vagas foi acompanhada pela busca de dois tipos de diversidade. Uma, a de estimular as unidades pela criação de cursos inovadores, distintos dos clássicos ofertados historicamente, identificando novas necessidades de profissionais, conforme

as características do atual momento civilizatório. Outra, a de atrair e abrigar na USP jovens das mais diferentes origens étnico-sociais, de modo a deixar a USP mais parecida com a sociedade brasileira.

Entre os cursos inovadores criados estão: Engenharia Ambiental, Nutrição e Metabolismo, Informática Biomédica e Bacharelado em Ciências da Informação e da Documentação (2003); Engenharia de Alimentos, Bacharelado em Matemática Aplicada a Negócios e Licenciatura em Geociências e Educação Ambiental (2004). Em 2005 11 novos cursos inovadores foram criados numa também inovadora unidade edificada na região leste da capital, a USP Leste, denominada legalmente EACH – Escola de Artes e Ciências Humanas. Com uma estrutura curricular e metodologia de ensino inovadoras, foram criados os seguintes cursos: Ciências da Atividade Física, Gerontologia, Obstetrícia, Sistemas de Informação, Tecnologia Têxtil e da Indumentária, Gestão Ambiental, Gestão de Políticas Públicas, Lazer e Turismo, Marketing e Licenciatura em Ciências da Natureza para o Ensino Fundamental.

No conjunto, de 2002 a 2005 as vagas passaram de 7.175 para 9.952, um aumento de 38,7%. Esse aumento ocorreu assegurando-se que 34,66% das vagas fossem oferecidas no período noturno, geralmente o mais freqüentado pelas parcelas mais populares da sociedade.

Além desses cursos regulares, a ampliação de vagas também ocorreu por meio da oferta de  **cursos especiais** , criados para atender demandas específicas ou de forma experimental, com duração determinada. Foram eles: o PEC - Programa de Formação Universitária para Professores de 1ª a 4ª série do Ensino Fundamental e de Educação Infantil e o Programa de Formação de Professores Indígenas – nível médio e superior. Estas experiências foram realizadas por demanda e em parceria com a Secretaria de Estado da Educação, e posteriormente também com Secretarias Municipais Públicas de Educação, no caso do PEC. Ambas experiências foram inovadoras, pelo uso de metodologia diferenciada e diferentes recursos de mídias interativas, inclusive as digitais. O PEC formou em três versões cerca de 7.000 professores e o Programa de Formação Indígena 60 do Ensino Médio e 80 do Ensino Superior, atendendo toda a demanda no estado de São Paulo.

Finalmente, buscando ampliar a médio e longo prazo a oferta de vagas USP de graduação, utilizando-se ao máximo das possibilidades oferecidas pelas mídias digitais, a Pró-Reitoria propôs e a Reitoria apoiou e formalizou um Grupo de Trabalho que apresentou um Curso de Licenciatura em Ciências para a Educação Básica, além de uma proposta de Centro de Educação a Distância na USP. Ambas propostas foram retomadas pela atual gestão e estão em discussão.

Aumentar vagas, cursos e unidade de ensino, assim como arriscar e criar cursos inovadores foram ações que tiveram como principal objetivo ampliar a possibilidade de estudos em nível superior para os setores populares, atendendo toda a diversidade de jovens, sobretudo os provenientes das escolas públicas. Mas agregava-se a este objetivo o de fazer da USP uma instituição de vanguarda, respondendo e impulsionando as mudanças profundas pelas quais a civilização atual atravessa. Inovações enfrentam riscos e apresenta-se como fundamental a avaliação da qualidade desses cursos e de seu impacto na sociedade futura.

Além da preocupação com as diferenças étnicas e sócio-econômicas a Pró-Reitoria de Graduação também discutiu a Inclusão de Pessoas com Deficiências nos cursos de Graduação (2005), que necessita ainda ser ampliada.

As **ações afirmativas** desenvolvidas na Pró-G para inclusão de estudantes das diferentes parcelas da população, além do próprio atendimento a esta população, tinha como objetivo correlato o de, ampliando essa inclusão, desenvolver a competência da USP em lidar com a diversidade. A temática foi discutida em seminários, no Conselho de Graduação, além de Grupos de Trabalho organizados entre as três universidades estaduais paulistas, ao longo da gestão. Nesses espaços sempre foi hegemônica a posição de manutenção do critério do mérito acadêmico, razão de ser da universidade desde a sua origem, assim como o papel atual dessa instituição no impulsionamento do desenvolvimento nacional. Mas ficava claro também a importância de a universidade comprometer-se mais com a educação básica, buscando formas de impulsionar para ela os talentos que se formam ao longo da trajetória escolar. Talentos são gerados ao longo da educação básica e sem dúvida essa precisa ser melhorada, mas a universidade, ainda que não tenha explicitamente a função de atuar nesse nível de ensino pode realizar ações afirmativas de estímulo aos talentos. Nos debates que ocorreram à época, várias propostas foram encaminhadas, rejeitando na sua maioria a implementação das cotas, mas muito sensíveis a refletir a respeito de ações afirmativas para amplos setores, provenientes tanto dos diferentes segmentos étnicos, quanto dos de baixa renda e mesmo os egressos da escola pública.

No tocante à necessidade de maior aproximação com a educação básica, diretriz prioritária estabelecida pela gestão, a Pró-Reitoria efetuou diferentes parcerias com a Secretaria de Estado da Educação e a Pró-Reitoria de Extensão e Cultura e realizou um Programa de Aperfeiçoamento dos professores do Ensino Médio, conhecido como PEB II, que também se utilizou das mídias interativas instaladas na USP para o Programa PEC – Formação de

Professores. Outra parceria com a Pró-Reitoria de Extensão e Cultura referiu-se ao apoio aos cursinhos organizados pelos estudantes em diferentes unidades.

Entre as parcerias realizadas pela Pró-Reitoria de Graduação com a Secretaria de Estado da Educação e a Pró-Reitoria de Cultura e Extensão da USP destaca-se a que viabilizou o Programa Pró-Universitário. Destinado a alunos do ensino médio da rede pública, em especial aos residentes na zona leste de São Paulo, o Programa visou a melhoria de sua formação geral e o estímulo para continuarem estudos em nível superior. Levantamentos anteriores indicavam uma ampla ausência de alunos da rede pública de modo geral e especialmente da zona leste ao vestibular da USP, fenômeno identificado então como auto-exclusão<sup>1</sup>.

O Programa Pró-Universitário foi coordenado por professores da USP, graduados e estudantes-estagiários e utilizou de material didático especialmente elaborado pelos docentes e oferecido para cada aluno, em módulos seqüenciais<sup>2</sup>. Atendendo 1.500 alunos em quatro meses, o programa revelou-se como mecanismo de recuperação da auto-estima de um segmento excluído da vivência acadêmica, aproximando-o do meio universitário e inserindo-o nos caminhos da profissionalização. O programa foi replicado no ano seguinte, no Núcleo de Apoio às Atividades Sociais, Culturais e de Extensão Universitária da USP – NASCE, para 150 alunos, com algumas modificações como ações culturais extra-classe e duração de seis meses.

Todas essas ações voltadas ao alunado tiveram para a Pró-Reitoria, como já afirmado, o objetivo de ampliar o acesso e a formação de profissionais com oferta de mais vagas, de mais diferenciação de cursos, com o acolhimento da diferença e, ainda, o de **diminuir os motivos internos da evasão**.

No tocante à evasão a preocupação principal foi diminuir o índice que em 2002 girava em torno de 25%, em alguns casos de 30%. As ações sobre a evasão foram de dois tipos: saneadoras e preventivas. As saneadoras referiram-se à atuação sobre a consequência da evasão, ou seja, as vagas ociosas; buscou-se preenchê-las, o que ocorreu otimizando o processo de transferências. As ações preventivas tinham como alvo a identificação dos motivos da evasão dos alunos e a atuação sobre eles. Para esse fim foi encomendada uma pesquisa para identificar o movimento da evasão e definir o perfil do aluno que se evade em cada curso da USP<sup>3</sup>.

---

<sup>1</sup> Necessário lembrar que já estava vigente à época outra ação afirmativa na USP, qual seja, a isenção de taxa do vestibular para alunos provenientes de famílias de baixa renda, oportunidade que não era aproveitada na totalidade da oferta.

<sup>2</sup> Essa experiência está relatada no artigo: MITRULIS, Eleny & PENIN, Sonia T.S. Pré-Vestibulares Alternativos: da Igualdade à Equidade. **Cadernos de Pesquisa**, v.36, nº 128. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, maio/agosto, 2006.

<sup>3</sup> UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, Pró-Reitoria de Graduação. Grupo de Trabalho de Apoio Pedagógico – GAP, **Relatório final da Pesquisa sobre evasão: Acompanhamento da Trajetória Escolar dos Alunos da USP ingressantes de 1995 a 1998**, Romualdo Portela de Oliveira e Sandra Maria Záquia Lian de Sousa, 2005.

Uma hipótese estabelecida sobre a evasão era a de que, a despeito da escolha dos alunos por um curso, muitos evadem devido à baixa motivação que desenvolvem depois do ingresso. Além de buscar as causas dessa baixa motivação buscava-se também o perfil do aluno com potenciais características para a evasão.

Entre os resultados da pesquisa realizada constatou-se que a evasão ocorre em maior quantidade no primeiro semestre do ano de ingresso, o que motivou a Pró-Reitoria a incentivar programas de recepção de ingressantes e estimular as unidades “a criar programas de tutoria visando a redução desse fenômeno”, como será apresentado no item seguinte. Uma outra pesquisa encomendada, relativa ao percurso profissional dos egressos, assim como uma ação do NAEG (Núcleo de Apoio ao Ensino de Graduação, importante criação do professor Celso Beisiegel, em sua gestão) para possibilitar contato permanente com eles, tiveram como objetivo a obtenção de dados a respeito do curso, sua qualidade e aceitação<sup>4</sup>.

#### **IV. VALORIZAÇÃO DA GRADUAÇÃO, A MELHORIA DOS CURSOS E SUA AVALIAÇÃO**

A valorização da graduação é buscada prioritariamente para aumentar a excelência dos cursos oferecidos e o índice de alunos concluintes, o que demanda ações de avaliação dos projetos pedagógicos e da gestão dos cursos. Nesse sentido, a Pró-Reitoria desencadeou ações de cunho prioritário tendo como objetivos, além de aprimorar a formação, também aumentar a motivação do aluno e, conseqüentemente, elevar os índices de terminalidade e diminuir a retenção e evasão de estudantes.

Um tipo de curso será aqui destacado em relação à sua melhoria, tendo em vista sua história complexa e problemática no país e na USP, envolvendo várias unidades; é o caso das Licenciaturas, objeto de ações que atravessaram várias gestões, necessitando ainda de definições cruciais na busca pela excelência na formação de professores para a escola básica.

Na seqüência, serão apresentadas inicialmente, as ações e os programas de valorização da graduação adotados na gestão 2002/2005; depois, as ações de avaliação, destacando-se o papel dos indicadores; por fim, serão tratadas as ações relacionadas à melhoria das Licenciaturas com a definição do Programa de Formação de Professores na USP.

---

<sup>4</sup> Essa pesquisa encomendada aos professores Sandra e Romualdo não concluída até o final desta gestão, continua em andamento.

Os **Programas de Valorização do Ensino da Graduação** foram definidos a partir dos indicadores que foram sendo desenvolvidos e direcionaram-se para diferentes focos: os recursos e condições de curso, os professores, os estudantes e os funcionários, como segue.

Foram criados três **programas de valorização do ensino de graduação com foco na melhoria das condições de ensino** e mantidos dois criados em gestões anteriores e considerados ainda valiosos às metas da gestão. Recursos foram disponibilizados e os critérios de gastos foram discutidos no Conselho de Graduação, a partir dos indicadores existentes sobre os cursos. Os novos programas criados foram: Pró-Lab – Programa de Reequipamento de Laboratórios Didáticos de Graduação; Pró-Eve – Programa de Apoio à Realização e Participação em Eventos voltados à Graduação e o Pró-Mat. – Programa de Apoio à Produção de Material Didático. Os já existentes e mantidos foram: Pró-Aluno e Pró-Salas – Programa de Recuperação de Salas de Aula.

Os **programas de valorização do ensino de graduação com foco no professor** foram idealizados com o objetivo de melhorar em todos os cursos a aprendizagem dos alunos via aprimoramento do ensino. Partindo de discussões no Conselho de Graduação e das informações dos indicadores sobre o rendimento dos alunos em todas as séries, duas situações foram constatadas. Uma, um certo retraimento de alguns professores das tarefas da graduação devido os interesses naturais e necessários pela pesquisa, assim como as pressões institucionais para atendimento aos critérios de avaliação dos Programas de Pós-Graduação da CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Outra, o interesse de muitos professores em repensar a sua didática, dado não terem tido oportunidade para tal e o fato de que não está entre os critérios formais de admissão de professores na universidade a exigência de formação em ensino nesse nível. Vale lembrar que algumas unidades, por conta própria e diferentes meios, realizavam trabalhos nesse sentido.

Em 2003 foi definido na Pró-Reitoria um Grupo de Trabalho que partindo dessas discussões e do levantamento da situação de trabalho dos professores na USP indicou a conveniência de implementar medidas de apoio à atuação do docente em sala de aula<sup>5</sup>. A proposta do GAP – Grupo de Apoio Pedagógico foi de, além de realizar cursos e seminários sobre temas relativos ao processo de ensino e aprendizagem, de interesse coletivo, favorecer a troca de experiências entre o corpo docente nas mudanças curriculares e no acompanhamento e análise de projetos pedagógicos em desenvolvimento. A proposta incluiu a criação de um GAP em cada unidade,

---

<sup>5</sup> Em relação à pesquisa consultar: Relatório de Pesquisa “Atividades Docentes na Universidade de São Paulo”, Grupo de Apoio Pedagógico – GAP, Pró-Reitoria de Graduação, USP, 2005.

com o objetivo de subsidiar comissões de cursos e docentes, facilitando a promoção das mudanças necessárias à prática e à organização pedagógica e assim o alcance da melhoria do ensino.

As discussões ocorridas a partir do GAP também identificaram a importância de se estabelecer normatizações tendo em vista o apoio e estímulo aos docentes para um maior envolvimento com a melhoria do ensino de Graduação. Nesse sentido, a Pró-Reitoria criou uma norma para a inclusão de 2h/atividade relativa à supervisão de estágio não obrigatório na carga horária docente, assim como a tutoria institucional.

**A valorização do ensino de graduação com foco no aluno** teve como principais ações da Pró-G o incentivo ao intercâmbio nacional e internacional e à busca por bolsas de estudo e de trabalho; a normatização dos estágios curriculares não obrigatórios e do aproveitamento de créditos; a criação dos já citados Pró-Eve e o apoio aos alunos com dificuldades especiais.

Em relação ao Programa de Apoio ao Aluno com Necessidades Especiais na USP, a Pró-Reitoria, em cumprimento ao disposto na Lei 9394/1996, Capítulo V - Da Educação Especial, artigos 58 e seguintes, constituiu um Grupo de Trabalho para cuidar do problema da inclusão sócio-acadêmica das pessoas com necessidades especiais, formado por docentes que ministram disciplinas voltadas para essa questão, em sua variedade tipológica. Foi realizado um levantamento dos alunos com deficiência ou com necessidades especiais, de quais as providências necessárias para permitir-lhes a inclusão, a existência ou não de softwares específicos, ou de instrumentos facilitadores do aprendizado, por exemplo. Os dados informam as respostas das Unidades, com destaque para trabalhos publicados, dissertações e teses defendidas, com vistas a sua divulgação às demais Unidades. No final de 2005, após um *Workshop* sobre o assunto, a Pró-Reitoria de Graduação sugeriu algumas ações.

**A Valorização do Ensino de Graduação com Foco no Funcionário** foi entendida como necessária a partir da premissa de que numa instituição sobretudo de caráter educacional as atividades acadêmicas ocorrem em íntima relação com as administrativas, assegurando conhecimento e participação de todos os envolvidos. A ação da Pró-Reitoria constituiu em encontro (1º Integrad, 2005) envolvendo a participação de funcionários das Secretarias de Graduação e dos Assistentes Acadêmicos das Unidades e órgãos da USP, assim como dos funcionários da própria Pró-Reitoria. O evento, pelos resultados apresentados, firmou-se como uma iniciativa a ser continuada, pela aceitação de todos relativamente a seus propósitos, ou seja, possibilitar a conscientização dos desafios, das necessidades e a elaboração de propostas de solução.

**A valorização da graduação a partir da avaliação dos cursos** já vinha sendo realizada pelas gestões anteriores e a Pró-Reitoria 2002/2005, tendo clara a importância dessa avaliação na indicação mais específica de ações de valorização da Graduação e também considerando o histórico de avaliações já existentes sobre os cursos de graduação, atuou em duas direções. Uma, examinando de maneira acurada e global as avaliações já experimentadas, o que ocorreu em dois Seminários (2002 e 2003). Os resultados das discussões nesses seminários reorientaram as ações implementadas, destacando-se a análise a respeito das avaliações das disciplinas pelos alunos, vinda da gestão do professor Caio Dantas e que na gestão da profa. Ada Pellegrini Grinover passou a ser realizada via WEB, acentuando, entretanto, uma queda de adesão dos alunos. Em outra direção, a Pró-Reitoria, ciente do papel de indicadores como suporte da manutenção, preparou para análise os dados externos já existentes (Provão/MEC, CEE-SP) e organizou outros a partir de informações disponíveis em nossos bancos de dados. Neste caso, a Pró-Reitoria de Graduação já dispunha de valiosos bancos de dados, vindos de outras gestões (Júpiter, NAEG e FUVEST) que apresentam grande potencial para se avaliar de forma ampla o ensino de graduação na USP. A partir destes dados, a gestão 2002/2005 estabeleceu indicadores para obter uma radiografia fiel da situação da graduação na universidade e comparativamente à de outras instituições públicas de ensino. Esses indicadores, disponibilizados às unidades, de forma geral e por curso, em séries históricas, possibilitaram uma análise de toda a USP, favorecendo igualmente a gestão das Comissões de Graduação de cada Unidade.

Destacam-se como principais indicadores organizados e disponibilizados: a) **Indicadores de Conclusão e Evasão (Fluxo)** - número de ingressantes no vestibular relativamente ao número de formados no período ideal; b) **Indicadores de produtividade** - é um indicador extraído para o ano n, de alunos formados relativamente às vagas de ingresso no ano n-d, em que d é o tempo ideal de duração do curso; c) **Indicadores de rendimento escolar** - número de aprovações relativamente ao número de matriculados, que associado aos resultados do questionário de avaliação dos alunos, apontava problemas ou soluções na condução do processo de ensino no âmbito de uma disciplina; d) **Atendimento de alunos** - número de matrículas por unidade relativamente ao total da USP, semestral/anualmente, independente de ser o proponente do curso; f) **Indicadores de acesso** - são os indicadores relativos tanto à procura quanto à rejeição pela USP, cuja tipologia foi organizada com diversos mediadores, dentre eles, os relativos à desistência de matrícula, trabalho que consiste em pesquisa realizada pela FUVEST, por meio

de questionário a ser respondido pelo aluno que, aprovado no vestibular, não efetuou matrícula no curso respectivo.

**A valorização da Formação de Professores na USP** é um objetivo buscado há muitas décadas, tendo sido discutida pelas diversas gestões. Acompanhando o debate nacional e as proposições da LDB/1996 e a exigência do Conselho Estadual de Educação de que toda universidade formulasse um projeto de licenciatura a partir do qual este órgão poderia proceder a avaliação dos cursos superiores sob sua responsabilidade jurídica, a Pró-Reitora de Graduação, profa. Dra. Ada Pelegrinni Grinover, em 2001 criou a Comissão Permanente de Licenciatura. Depois de muitas discussões e encontros, em 2004, na gestão em tela, foi aprovado tanto pelo Conselho de Graduação, quanto no mérito pelo Conselho Universitário da USP o **Programa de Formação de Professores** que até o momento orienta a implantação ainda não terminada do mesmo. Na base de todo esse esforço institucional está a convicção de que a USP "possa ter na formação de professores e no compromisso com a melhoria do ensino público uma preocupação constante e uma ação integrada e renovadora"<sup>6</sup>.

#### **V. CONCLUSÃO – A tensão entre quantidade e qualidade na perspectiva da equidade**

As reflexões aqui apresentadas a respeito da gestão da Pró-Reitoria de Graduação período 2002/2005 tiveram como referências as Diretrizes definidas para esse órgão no início da gestão, assim como uma concepção de ensino superior no contexto brasileiro de desenvolvimento. O entendimento da relação estreita entre desenvolvimento pessoal e ensino superior, assim como entre a ampliação do acesso dos jovens ao ensino superior e o desenvolvimento nacional converge para a proposição de que uma universidade pública num país como o Brasil deve atender simultaneamente, na medida de suas possibilidades, os critérios de uma universidade de pesquisa e de massa. A rigor, uma universidade que em 2002 já abrigava cerca de trinta mil alunos na graduação e cerca da metade disso na pós-graduação já era uma instituição de massa. O crescimento do número de vagas proposto nas metas de gestão – passar de cerca de sete mil para cerca de 10.000 – o que foi efetivamente alcançado – não prejudicou por certo a produção acadêmica que em 2005 registrava como ainda hoje o maior índice do país em curva ascendente. Ou seja, o aumento na quantidade do alunado na graduação, o que também ocorre na pós-graduação, não tem empurrado para baixo a qualidade, ao contrário. Atualmente, o uso

---

<sup>6</sup> Cf: Programa de Formação de Professores, Comissão Permanente de Licenciaturas, Pró-Reitoria de Graduação, Universidade de São Paulo, p. V, 2004.

das mídias digitais, efetivado em cursos especiais na gestão 2002/2005, com proposição para cursos regulares experimentalmente, assegurando a mesma qualidade dos presenciais, poderá avançar mais ainda a oferta de vagas a setores mais amplos da população. Parece valer a pena apostar na dialética quantidade/qualidade de cursos.

Por outro lado, as experiências de ações afirmativas e de inclusão em vários sentidos que ocorreram no período dessa gestão e que continuam se desenvolvendo, sem desconsiderar o mérito acadêmico próprio de uma universidade e o interesse nacional, mostram a possibilidade de contribuir com o princípio de equidade que tanto precisa avançar no nosso país. É factível acreditar que o bom desenvolvimento quantidade/qualidade impulsiona o desenvolvimento da equidade e vice-versa.

Todas essas crenças podem e devem ser criteriosamente analisadas, utilizando-se avaliações rigorosas. Temos vários indicadores já disponíveis e podemos acrescentar outros para avaliar a qualidade dos cursos, assim como o desempenho dos alunos ou a sua motivação e permanência nos cursos. A avaliação continuada de cada tipo de ação realizada é imprescindível. Paralelamente, é possível reforçar ou modificar ou criar novos programas de apoio ao docente, aos alunos e aos funcionários para melhorar tanto a qualidade dos cursos como a motivação das pessoas em seus espaços de estudo ou trabalho.

Em instituições centenárias como são as de ensino superior, as gestões passam, mas vários princípios e sobretudo valores permanecem por muito tempo. A visão histórica e de contexto é fundamental na análise de cada uma. Identificar a tendência do processo e bem visualizar a colaboração de cada período para os sucessores é uma tarefa necessária e produtiva para o devir. É nesse olhar histórico que melhor se compreende a gênese e a genealogia da obra institucional, assim como melhor se pode projetar o seu futuro.

## **VI. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.**

DOMITE, M. C. S. Programa de formação universitária do professor indígena para educação infantil e séries iniciais (1ª a 4ª) do ensino fundamental. **Projeto Político Pedagógico e Financeiro**. São Paulo: FEUSP, 2006.

MITRULIS, Eleny & PENIN, Sonia T.S. Pré-Vestibulares Alternativos: da Igualdade à Equidade. **Cadernos de Pesquisa**, v.36, nº 128. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, maio/agosto, 2006.

PENIN, S. T. S. **Uma experiência de formação de professores na USP**. In: PEC – Programa de Educação Continuada. Marieta Lúcia Machado Nicolau e Myriam Krasilchik (orgs). São Paulo: FEUSP, 2006.

----- USP Leste: o institucional entre o Local e o Global integrando o desafio de desenvolvimento sustentável da Zona Leste. In **USP LESTE – a expansão da universidade**: do oeste para leste. Celso de Barros Gomes (org), São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

SCHAWARTZMAN, Jacques. O financiamento do Ensino Superior no Brasil. In **Ensino Superior: conceito & dinâmica**, João E. Steiner e Gerhard Malnic (orgs). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, Pró-Reitoria de Graduação. **Relatório de Atividades - Gestão 2002/2005**.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, Pró-Reitoria de Graduação. Grupo de Trabalho de Apoio Pedagógico – GAP, Relatório de Pesquisa: **Atividades de Docentes da Universidade de São Paulo**, 2005.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, Pró-Reitoria de Graduação. Grupo de Trabalho de Apoio Pedagógico – GAP, **Relatório final da Pesquisa sobre evasão**: Acompanhamento da Trajetória Escolar dos Alunos da USP ingressantes de 1995 a 1998, Romualdo Portela de Oliveira e Sandra Maria Záquia Lian de Sousa, 2005.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, Pró-Reitoria de Graduação. **Programa de Formação de Professores**, 2004.